

Gabriel Medeiros Régnier

Busca, Apreensão e Proteção do Sigilo na Cooperação Jurídica Internacional

**Estudo Comparativo Entre o
Processo Penal Suíço e o Brasileiro**

Prefácio de Rodrigo Chemim

Curitiba
Juruá Editora
2025

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURA E GRÁFICOS.....	21
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	23
1 INTRODUÇÃO	25
2 O PROBLEMA QUE SE APRESENTA E SEUS FUNDAMENTOS.....	27
2.1 O ESTADO DA ARTE EM TORNO DO PROBLEMA DELINEA- DO E A METODOLOGIA DE ABORDAGEM	35
3 PROTEÇÃO DE DADOS	43
4 BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL	49
4.1 BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL NO DIREITO BRASILEIRO ...	49
5 ANÁLISE EMPÍRICA DO FLUXO PROCESSUAL EM MEDIDAS CAUTELARES PENAIS A PARTIR DE DADOS ESTATÍSTICOS E JUDICIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ E TRI- BUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO.....	53
5.1 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.....	54
5.1.1 Metodologia Adotada para Análise dos Processos de Busca e Apreensão Criminal (Taxonomia CNJ).....	54
5.1.2 Dificuldades Encontradas	60
5.1.3 Resultados Parciais	75
5.2 JUSTIÇA FEDERAL (1º GRAU) – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ES- TADO DO PARANÁ	76
5.2.1 Metodologia Adotada nos Pedidos de Busca e Apreensão Cri- minal	76
5.2.2 Resultados Parciais	91

5.3	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO.....	92
5.3.1	Metodologia Adotada para a Análise de Processos no TRF da 4ª Região.....	92
5.3.2	Resultados Parciais.....	99
5.3.3	Dificuldades Encontradas na 1ª Instância e TRF da 4ª Região..	100
5.4	QUANTIDADE DE NOVOS PROCESSOS (TJPR E TRF4), DISTRIBUÍDOS DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2023, CONFORME RELATÓRIO “JUSTIÇA EM NÚMEROS” DO CNJ.....	100
6	A RELEVÂNCIA DO DIREITO COMPARADO.....	105
7	O MODELO DE JUSTIÇA CRIMINAL SUÍÇO.....	109
7.1	ASPECTOS CULTURAIS E POLÍTICOS DA CONFEDERAÇÃO SUÍÇA.....	109
7.2	DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL SUÍÇO.....	110
7.3	ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO SUÍÇO	114
7.4	PRINCÍPIOS DA INDISPONIBILIDADE E OPORTUNIDADE LIMITADA	118
7.5	<i>IN DUBIO PRO SOCIETATE OU IN DUBIO PRO DURIORE</i>	120
7.6	BUSCA, APREENSÃO E O PROCEDIMENTO DE SELAGEM NO DIREITO SUÍÇO	122
7.6.1	Alterações do Código de Processo Penal Suíço em Relação à Selagem.....	137
8	DIREITO DE REQUERER A SELAGEM, INTERESSE E LEGITIMIDADE.....	145
8.1	POR QUE A GARANTIA DO DIREITO À SELAGEM?	145
8.2	RAZÕES PELAS QUAIS SE JUSTIFICA PENSAR NA FIGURA DA SELAGEM NO BRASIL	146
9	ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL.....	149
9.1	AUXÍLIO INTERNACIONAL NA REPRESSÃO A CRIMES COMO A LAVAGEM DE CAPITAIS E O PAPEL DA SIGILAÇÃO ..	156

9.2	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO PENAL E A PROPORCIONALIDADE NAS RESTRIÇÕES AO EXERCÍCIO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	162
9.3	PRINCÍPIOS INTRÍNSECOS À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL	177
9.4	ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA INTERNACIONAL E O DIREITO À SELAGEM	182
9.4.1	Jurisdições com Competência para Funcionar como Tribunal de Medidas Coercitivas em Matéria de Auxílio Judiciário	186
9.4.2	Relações Jurídicas Estabelecidas no Âmbito da Assistência Jurídica Mútua	187
9.4.3	Natureza do Procedimento de Execução do Pedido de Assistência Mútua no Estado Requerido à Luz da Sigilação	189
9.5	CONCLUSÃO DA ASSISTÊNCIA MÚTUA, AUTORIDADE COMPETENTE, ESTATÍSTICAS E DOMÍNIO SECRETO	191
9.5.1	Levantamento dos Selos e Autoridade Competente	193
9.5.2	Proteção da Esfera Privada na Relação Entre Investigados e Seus Advogados	195
9.6	O PANORAMA DEFENSIVO NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL	200
9.7	QUE ASPECTOS PODERIAM SER TEORICAMENTE INTEGRADOS NO BRASIL, COM BASE NA ANÁLISE REALIZADA, EM RELAÇÃO AO MODELO DE SIGILAÇÃO?	206
9.7.1	Sugestões Derivadas das Análises Empíricas das Decisões do Tribunal de Justiça do Paraná	206
9.7.2	Sugestões Derivadas das Análises Empíricas das Decisões da Justiça Federal da 4ª Região (1ª e 2ª Instâncias)	210
10	EXAME DE PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS	215
10.1	A PERSPECTIVA DA SELAGEM A PARTIR DE DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO TRIBUNAL FEDERAL DA SUÍÇA	215
10.2	COMPARTILHAMENTO DE PROVAS ENTRE A SUÍÇA E O BRASIL NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL	220

10.2.1	Compartilhamento de Provas a Partir de Decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Penal Federal Suíço (Casos <i>Alstom</i> e <i>Lava Jato</i>)	221
10.2.2	Entrega de Meios de Prova e Valores com Vista ao Confisco: a Relação Entre a Ação Penal nº 863/SP do Supremo Tribunal Federal e o Acórdão 1C_540/2023 do Tribunal Federal da Suíça.....	227
10.2.3	Exclusão de Provas Inadmissíveis em Razão de Posterior Ilicitude (Caso <i>White Gold Foundation</i> e <i>Blue Diamond</i>).	230
11	COMO SERIAM CORRIGIDOS OS PROBLEMAS CONSTATADOS NOS CASOS DE COMPARTILHAMENTO DE PROVAS ENTRE A SUÍÇA E O BRASIL?	235
12	JUIZ DE GARANTIAS.....	241
12.1	JUIZ DE GARANTIAS NO MODELO BRASILEIRO	245
12.1.1	O Alcance do Contraditório Antecipado em Medidas Cautelares no Processo Penal Brasileiro	247
12.2	JUIZ DE GARANTIAS NO MODELO SUÍÇO.....	251
12.3	JUIZ DE GARANTIAS PELA PERSPECTIVA DO DIREITO À SELAGEM.....	252
13	GANHOS QUE A AGENDA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL TERÁ COM O MODELO PROPOSTO.....	259
14	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	263
15	CONCLUSÕES.....	265
	REFERÊNCIAS	273
	ANEXOS	283
	ANEXO A – MODELO DE REQUERIMENTO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA EM MATÉRIA PENAL ENDEREÇADA PARA A SUÍÇA NO BOJO DA OPERAÇÃO LAVA JATO..	284
	ANEXO B – MODELO DE FORMULÁRIO DE RECIBO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA EM MATÉRIA PENAL RECEBIDA PELA SUÍÇA.....	286

ANEXO C – MODELO DE CARTA ROGATÓRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL COM MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO	288
ANEXO D – MODELO DE NOTIFICAÇÃO COM O RESPECTIVO RECIBO – DOCUMENTO PRÓPRIO DA AUTORIDA- DE SUÍÇA DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA MÚTUA.....	291
ANEXO E – MODELO DE CARTA EM QUE A AUTORIDADE SUÍ- ÇA DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA MÚTUA ENVIA AO ESTADO REQUERENTE COM DESTAQUE PARA AS CONDIÇÕES EM QUE OS MEIOS DE PROVA OBTI- DOS NA COOPERAÇÃO PODERÃO SER UTILIZADOS .	293
ÍNDICE REMISSIVO	295